

Avaliação Jurídica de Riscos Sociais e Ambientais

30 de setembro de 2024

Machado
Meyer

M

COMO VERIFICAR A REGULARIDADE SOCIOAMBIENTAL DE UM EMPREENDIMENTO?

- M&As, Private Equity, financiamentos, reestruturações: diversas operações envolvem a análise da regularidade ambiental e, atualmente, ESG.
- Relevância na verificação de potenciais questões e danos ambientais (por exemplo, gestão de áreas contaminadas) e “*red flags*” sociais (por exemplo, questões de direitos humanos, trabalho escravo, impactos a comunidades tradicionais).
 - Papel relevante da *due diligence* para identificar riscos operacionais e reputacionais aos quais determinada empresa estaria sujeita.
 - Esse mapeamento é relevante tanto para o próprio empreendedor como para quem pretende investir no empreendimento
- Diretoria e Conselho de Administração das empresas, devem compreender de forma aprofundada a exposição das companhias aos riscos ambientais e sociais, a fim de identificar as oportunidades, mitigar os riscos já identificados e incorporar o tema em sua estratégia e cultura, com o objetivo de impulsionar o desempenho de longo prazo da organização.



Consulta a Comunidades Tradicionais



Licenciamento Ambiental



Utilização de Recursos Hídricos



Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos



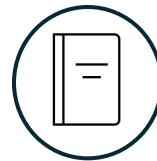
Interferência em Áreas Especialmente Protegidas



Ambiente e Segurança do Trabalho



Áreas Contaminada e Riscos à Saúde Humana



Contingências Materializadas



Regularidade Ambiental de Imóveis Rurais



Supressão de Vegetação e Compensações Ambientais Pendentes

- Principal instrumento de avaliação e mitigação de impactos sociais e ambientais de empreendimentos.
- Avalia de forma prévia os riscos e impactos, impondo condicionantes técnicas para endereçá-los.
- Exige a elaboração de estudos ambientais robustos e integrados (EIA/RIMA, RCA/PCA, entre outros), que devem contemplar fatores socioambientais relevantes e alternativas locacionais/tecnológicas para o empreendimento.
- Em casos de alta complexidade e significativo potencial poluidor, o processo de licenciamento demanda participação social e de órgãos gestores, bem como a realização de audiências públicas, oportunidade na qual os impactos são debatidos de forma mais detalhada pelo empreendedor e demais stakeholders envolvidos (membros da comunidade local, Ministério Público, órgão ambiental, dentre outros).

Qualidade Técnica

- Escopo correto de análise e utilização de métodos devidamente validados
- Cumprimento das exigências apresentadas pelo órgão ambiental



Participação Social

- Mapeamento de partes que precisam ser consultadas
- Divulgação clara e acessível dos impactos e benefícios do projeto

Rastreabilidade

- Monitoramento de condicionantes e realização de auditorias periódicas
- Formalização de apresentação de estudos/resultados e de comunicações com os órgãos ambientais



Proatividade

- Mapeamento do risco ou impacto para adoção de medidas eficazes de prevenção/mitigação antes de eventual requisição pelo órgão ambiental



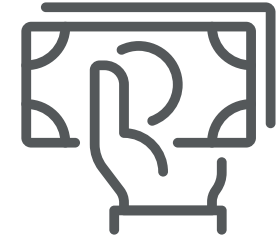
Riscos Regulatórios

- **Rigorosidade** de processos de licenciamento ambiental.
- **Exigência de estudos técnicos** (EIA/RIMA) para licenciamentos.
- **Fiscalização** ativa de órgãos federais, estaduais e municipais.
- **Penalidades administrativas** severas por informações incompletas, falsas ou omissas.



Riscos de Litígio

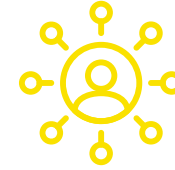
- Atuação do **Ministério Público** em defesa de interesses difusos.
- Risco de judicialização para **suspensão** das atividades da empresa e cancelamento de licenças ambientais já emitidas.
- **Responsabilização civil e criminal.**



Riscos de Mercado

- Investidores e fundos atentos às práticas ESG para **aporte de capital.**
- Exigência de **conformidade ambiental** pelas instituições financeiras.
- **Risco** de perda de contratos e de competitividade em cadeias globais.
- Estudos robustos como fator de **valorização e mitigação** de riscos reputacionais.

RESULTADO DA CONFORMIDADE COM NORMAS LEGAIS E DE BOA PRÁTICA



Segurança Jurídica



Antecipação de
controvérsias



Evitar penalidades,
suspensão de
atividades e litígios

Reputação e
confiança social



Legitimidade do
projeto



Efeito
reputacional
positivo

Obrigada!

Thais Ferreira Moreno

E-mail:
tmoreno@machadomeyer.com.br

PORTAL INTELIGÊNCIA JURÍDICA

Nossa visão para as questões que impactam os seus negócios

Acesse nosso conteúdo: www.machadomeyer.com.br/inteligenciajuridica

MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

SÃO PAULO / RIO DE JANEIRO / BRASÍLIA / BELO HORIZONTE / NEW YORK

MACHADO
MEYER
.COM.BR

